

PREFÁCIO

*Falo querendo entender,
canto para espalhar o saber
e fazer você perceber
Que há sempre um mundo,
apesar de já começado,
há sempre um mundo pra gente fazer
Um mundo não acabado*
Emicida

Fruto da práxis social, os textos deste livro não somente ficam na crítica da realidade posta, mas buscam delinear possibilidades de caminhos a trilhar na análise de concepções e práticas voltadas ao subsídio de formas de intervenção social coletiva com vistas à superação dialética da problemática da educação de jovens e adultos no Brasil e, neste aspecto, aproximam-se da mensagem de Emicida na música “Milionário do Sonho”, referenciada na epígrafe.

Sim, está correto o *rapper*, quando nos indica que há uma realidade concreta, começada e em processo, posto que produzida histórica e socialmente, na qual nos inserimos e a qual consideramos como nosso ponto de partida. Contudo e como tal, é uma realidade provisória, fruto da ação dos sujeitos sociais e, portanto, também sujeita à transformação, pois “há sempre um mundo pra gente fazer, um mundo não acabado”.

É nessa perspectiva de contribuição à análise e transformação da realidade que saudamos o livro “Educação de jovens e adultos como direito: contribuições à formação docente”, mais uma produção do Grupo de Pesquisa EJATrabalhadores – EJATrab (UFF/CNPq), criado em 1998, que se soma à vasta e qualificada elaboração teórico-prática que vem se construindo, como fruto da atuação continuada do grupo ao longo das últimas quatro décadas. Neste caso, o presente livro resulta de mais uma ação concreta do EJATrab, a realização, em 2022,

do Curso de Extensão “A Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores como direito”, que se destinou a profissionais de educação que atuam na EJA, articulada ou não à Educação Profissional, tendo como cursistas coordenadores(as) de EJA, equipes técnico-pedagógicas, direção escolar e professores(as) das redes públicas municipais e estaduais de diferentes municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Jaqueline Ventura e Sonia Rummert, organizadoras desta publicação e líderes do EJATrab, são aqui acompanhadas de um conjunto de coautoras e coautor, muitas delas com vasta experiência de pesquisa no campo temático da EJA, e também de outras pesquisadoras mais jovens e em processo de formação. Vale ressaltar, que entre as coautoras temos algumas cursistas do mencionado curso de extensão, o que mostra já efeitos positivos de mais esta ação de formação continuada empreendida pelo EJATrab.

Cabe aqui mencionar, ainda que de forma breve, as origens, seus determinantes e a magnitude do processo social de negação da educação básica a um enorme contingente da população brasileira, posto ser o tema central desta publicação. Constata-se que a não concretização do direito à educação das crianças e adolescentes pertencentes às camadas populares e da classe trabalhadora brasileira, ao longo da história nacional, tem sido a causa geradora de um enorme contingente populacional de milhões de brasileiros adolescentes, jovens e adultos trabalhadores que não concluíram as etapas da educação básica.

A magnitude dos números é alarmante, denunciam as autoras: no ano de 2021, 46,8% da população brasileira de 15 anos ou mais ainda não concluíra a educação básica e, destes, cerca de 11 milhões ainda se encontrava em condição de analfabetismo. Estes são fundamentalmente o público e os sujeitos de direito da EJA, um público demandante que pode chegar à casa dos 70 milhões de brasileiros, majoritariamente da classe trabalhadora, aos quais o direito constitucional é negado. Tal exclusão educacional constitui, sem dúvida, uma das marcas mais significativas da exclusão social no país, efeito

claro de uma sociedade desigualitária que se constitui nos marcos do capitalismo dependente, modelo histórico de inserção do país no sistema mundial das relações capitalistas de produção.

Se, por um lado, a magnitude dos números indica que não podemos considerar a demanda por educação de jovens e adultos como residual, eventualmente contornável por programas ou políticas pontuais ou temporárias, por outro lado, a dura realidade e sua persistência e agravamento social ao longo de anos na sociedade brasileira nos indicam que para além da importância de políticas educacionais gerais, e de políticas específicas ou setoriais para a educação de jovens e adultos, de caráter permanente, se trata de observar o processo em seu aspecto estrutural e, portanto, do desenho e implementação de políticas públicas mais gerais relacionadas ao efetivo enfrentamento da desigualdade social.

Analisar a problemática da EJA a partir da perspectiva da estrutura da sociedade capitalista nos permite entender que tal natureza estrutural é determinante de processos de exclusão social e educacional de longo prazo, concernentes ao modelo social dominante do capitalismo e às características próprias assumidas pelo Estado brasileiro em sua integração a este sistema. No entanto, na medida em que tal quadro de dominância não se dá sem contradições e sem processos de resistência, a concepção e implementação de políticas públicas, é sempre um campo de disputas, de correlação de forças, em que distintos projetos societários se enfrentam, na direção da elucidação ou, do contrário, do mascaramento das condições de dominação e exclusão; na perspectiva de seu enfrentamento com vistas à superação ou, do contrário, na perspectiva de sua reiteração, recrudescimento ou de tópicas mudanças pontuais que mantêm inalteradas a essência das condições pretéritas.

Além disso, e esta é uma questão fundamental, trata-se de considerar que a apreensão concreta do fenômeno, como no caso a efetivação da EJA como direito em sua realização concreta para todo o universo da demanda, com vistas a perspectivar sua superação, demanda adotar como marco analítico as categorias totalidade e

contradição, pelas quais se inserem a análise concreta da luta de classes, ou seja, os encontros conjunturais e estruturais entre a classe trabalhadora e a burguesia e suas frações no modelo social de capitalismo dependente que caracteriza a sociedade brasileira. Esta é a perspectiva teórico-metodológica que tem por base o materialismo histórico dialético e que orienta a ação do EJA/Trab, igualmente presente, tanto no curso que origina este livro, quanto nos textos que o compõem.

Nesse sentido, destaca-se que a concepção e implementação de políticas educacionais que tenham por objetivo interferir nessa realidade, transformando-a no sentido da reversão de quadros de exclusão social e educacional, como é o caso demandado por políticas de elevação da escolaridade e da formação profissional de jovens e adultos trabalhadores, demanda o conhecimento aprofundado das condições concretas enfrentadas nas condições sociais de existência dos sujeitos e no seu percurso educacional, o que implica conhecer e considerar, na concepção e execução da política pública, as condições concretas vivenciadas pelas escolas e pelos sujeitos educadores e educandos.

Tal concretude analítica é necessidade teórico-metodológica com vistas a elevar a possibilidade de identificação dos obstáculos à plena realização do processo epistemológico (ao exercício do processo ensino-aprendizagem) e do processo social e político (a garantia dos direitos à educação e ao trabalho) bem como podem ensejar o delineamento dos limites, possibilidades e condições necessárias ao seu enfrentamento e superação.

Ao longo dos capítulos que compõem a publicação além de uma contextualização do percurso histórico da educação de jovens e adultos no Brasil, temos a abordagem de questões centrais relacionadas à temática, destacando-se entre elas: o lugar e papel da escola pública na garantia do direito à EJA; a questão dos exames de certificação; o exame das relações entre estudantes e docentes no ensino-aprendizagem da EJA; a EJA e emancipação; e, o trabalho pedagógico em EJA. No capítulo final, apresentam-se, de forma sintética, os

elementos teórico-metodológicos que nortearam o processo formativo que originou a publicação e que bem poderão servir de subsídios para novas práticas de formação continuada em EJA.

Nesse sentido, saudamos a chegada da publicação e desejamos excelente leitura na certeza de que os textos aqui reunidos contribuem para identificar os elementos condicionantes e determinantes do processo histórico de exclusão educacional e social que produz o público demandante da EJA e igualmente contribuem para a concepção e a implementação de políticas públicas voltadas à plena concretização da oferta e realização da EJA como direito de qualidade socialmente referenciada.

Domingos Leite Lima Filho
Niterói (RJ), verão/2024.